

5

Violência e religião e a Política de Assistência Social: os impactos sob a ótica dos “assistentes”

A partir do que foi sinalizado no primeiro item do capítulo anterior, acerca das diretrizes que emolduram a política de Assistência Social e do detalhamento de sua implementação pela SMAS, vamos analisar as interações entre violência e a religião, a partir dos agentes profissionais nela inseridos.

Inicialmente importa destacar que a atual SMAS, sucessora da antiga SMDS, caracterizou-se desde o momento de sua criação nos final dos anos 70, como um dos principais canais de comunicação entre a favela (e os favelados) e o poder público municipal. No conjunto das instituições municipais, conforme já mencionado, ela foi tradicionalmente apelidada como a “prefeitura dos pobres”.

Neste sentido, possui um acúmulo de experiência frente às demandas apresentadas pelas populações residentes em favelas, o que não, necessariamente, significou que tivesse produzido respostas amplas e satisfatórias em relação às mesmas.

No percurso histórico de construção de seu corpo funcional, foram recrutados profissionais através de: concurso público; seleção de técnicos por formação universitária; seleção de moradores para trabalhos diversos (especialmente para atuação nas creches comunitárias); incorporação por indicação política; inclusão de lideranças de favelas.

Essas diferentes formas refletem dois grandes processos. Um primeiro, relacionado à preocupação de constituir um corpo funcional que expressasse proximidade e conhecimento sobre o heterogêneo campo das favelas e seus habitantes; o que corresponde uma certa “confissão” de desconhecimento do poder público em relação ao mundo dos mais pobres. O segundo processo implícito nessas formas de incorporação, relaciona-se a uma pretensão de controle do potencial de conflito dessas populações.

Assim, como foi, tanto a contratação de lideranças como a inclusão de participantes de movimentos sociais. Um exemplo típico foi constituído de contratação de participantes do movimento “Pro Creche”, para o trabalho como funcionários dos equipamentos de educação infantil.

A constituição heterogênea do corpo funcional da SMDS, terminou por estabelecer dois grandes conjuntos de profissionais: o primeiro, correspondendo aos profissionais que residem nas diferentes favelas do Rio de Janeiro, que foram genericamente denominados de Agentes Comunitários.⁵⁸

Além da origem e residência em áreas de favela esse grupo foi composto inicialmente por pessoas de menor escolaridade.

O outro grupo, incluindo diferentes profissionais de nível universitário, era reconhecido internamente como “equipe técnica”. Mesmo que de modo geral “sensíveis” a realidade das favelas, ocuparam uma posição hierárquica superior.

Internamente esses dois grupos representavam uma certa contraposição entre um saber técnico e o saber popular, o que gerou ao longo dos anos uma série de tensões.

Na verdade tratava-se de dois grupos que extraíam a legitimidade de sua inserção e atuação em dois fundamentos: um do conhecimento da realidade local e da possibilidade de mobilização ou bloqueio da intervenção pública; outro, retirava legitimidade de seu saber técnico no planejamento e construção das políticas e seus programas sociais.

Apesar das distinções e da hierarquia interna entre os profissionais, a convivência foi gerando aproximações que resultaram tanto num maior conhecimento dos técnicos em relação às favelas, quanto dos agentes comunitários em relação ao saber técnico. Muitos deles ampliaram a sua formação profissional, chegando a atingir os níveis universitários.

Atualmente, as equipes são constituídas por diferentes categorias profissionais, sendo que o principal mecanismo de inserção é o concurso público. No conjunto, destacam-se os Assistentes Sociais como o segmento de maior incidência numérica e que ocupa, prioritariamente, os cargos de coordenação dos equipamentos sociais públicos nas diferentes comunidades ou territórios.

⁵⁸ Desta forma, a SMDS se antecipa à incorporação de uma categoria profissional que seria posteriormente adotada por diferentes políticas públicas, a mais importante delas, o Agente Comunitário de Saúde, peça fundamental na execução do Programa de Saúde da Família implantado no país na década de 90.

5.1

Caracterizando os Entrevistados

No momento da realização da pesquisa de campo, a equipe do CRAS Caio Fernando Abreu era constituída por 18 trabalhadores com formação e vínculos bastante diferenciados (funcionários públicos concursados, celetistas, prestadores de serviço).

Na definição das pessoas a serem entrevistadas, procurou-se contemplar esta diversidade, o que levou a seguinte distribuição:

ENTREVISTADO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEXO	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
IDADE	43 anos	39 anos	46 anos	55 anos	50 anos	36 anos	37 anos	55 anos	51 anos
NATURALIDADE	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Paraíba	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
ESCOLA RIDADE	Superior completo	Superior Completo	Médio Completo	Superior Completo	Superior Completo	Médio Completo	Médio Completo	Fundamental Completo	Fundamental Completo
RELIGIÃO	AD	Batista	AD	Espiritualista	Espiritualista	AD	Católica	Católica	Não tem, mas próxima católica
ESTADO CIVIL	Casada	Solteira	Viúva	Casada	Casada	Casada	Casada	Cassada	Casado
LOCAL DE RESIDÊNCIA	Favela	Favela	Favela	Fora da favela	Fora da favela	Favela	Favela	Favela	Favela
CATEGORIA PROFISSIONAL	Agente Comunitário	Agente Comunitário	Agente Comunitário	Equipe Técnica Social	Equipe Técnica Social	Agente Comunitário	Agente Comunitário	Agente Comunitário	Agente Comunitário

A observação do conjunto dos entrevistados permite algumas avaliações:

1 - Predomínio absoluto de profissionais do sexo feminino. Esse é, aliás, o perfil tanto da Secretaria como um todo, como dos seus equipamentos (CRAS, CREAS);

2 - Quanto à idade do grupo, tanto os entrevistados quanto o conjunto de trabalhadores do CRAS estudado é constituído por pessoas acima de 35 anos;

3 - Com relação ao local de nascimento, há um predomínio quase absoluto de naturais do Rio de Janeiro e dos residentes em áreas de favela;

4 - Com relação à escolaridade do grupo selecionado, que refletindo a realidade do equipamento, é composto por um conjunto de pessoas com um nível de escolaridade bastante satisfatório, onde predomina o ensino superior completo e ensino médio completo. Assim, apenas as categorias profissionais mais ligadas a funções de menor complexidade (merendeira, apoio administrativo) possuem escolaridade limitada ao ensino fundamental completo. Nesse sentido, é importante assinalar o fenômeno indicado anteriormente de ampliação dos

horizontes de escolaridade dos que foram inseridos nos quadros da Secretaria na categoria Agentes Comunitários. Muitos deles possuem hoje, ensino superior completo ou no mínimo, completaram o ensino médio. É bem verdade que essa sobreposição entre a identidade de agente comunitário e o aumento da escolarização, tem causado tensões e frustrações, na medida em que a condição de agente comunitário não foi ultrapassada. Não houve em grande parte dos casos uma valorização funcional da qualificação adquirida.

5 - Quanto à religião, o quadro anterior demonstra uma hegemonia significativa da vinculação evangélica, mesmo que permaneçam igualmente os auto-definidos como católicos e os espiritualistas, como uma nova forma de definição de sua relação com o sobrenatural.

5.2

Favela: o olhar dos profissionais

Inicialmente, cabe destacar que o local de moradia dos trabalhadores envolvidos na pesquisa coloca-se como variável fundamental para distinções de concepções e representações acerca do objeto de estudo.

Como vimos anteriormente, em decorrência da organização dos critérios de seleção dos trabalhadores pela Secretaria, a maioria dos membros da equipe reside em favelas⁵⁹. Dos 9 entrevistados, 7 profissionais residem neste espaço, e apenas dois em outro local de moradia. Portanto, as “falas” desses atores são influenciadas por este lugar social, bem como por suas trajetórias de vida.

Sendo assim, as concepções sobre o local de trabalho são construídas pelos profissionais que residem em favelas, a partir da comparação com a dinâmica referente à área em que residem.⁶⁰ Portanto, definem o seu “olhar” tendo por base as experiências concretas de vida, conforme os relatos a seguir:

⁵⁹ Optamos por não identificar as categorias profissionais, funções e cargos dos informantes, objetivando preservar o anonimato de suas identidades, questão fundamental para todos.

⁶⁰ Nenhum dos profissionais reside nas favelas onde trabalha.

Acho que todas as favelas são parecidas, possuem características semelhantes: trabalho informal, escolaridade baixa. Aqui no território falta escola para o adulto e esta é uma necessidade grande, pois aqueles que não puderam estudar têm muita vontade de concluir seus estudos. Há também carência de projetos para jovens. Lá em Vigário Geral temos AFRO Reggae que leva muitas atividades e projetos que absorvem os jovens. Aqui não tem isso. É muito precário (Entrevista nº 2).

A população de favela é tudo muito humilde, mas tem uns que correm mais atrás de seus objetivos. Mas aqui no território é tudo muito parado. É diferente da Maré. Até as casas aqui são mais precárias, pensando aquele outro lado de Manguinhos, ainda tem palafitas. Na Maré, muitos moradores foram pra Faculdade e foram trazendo projetos pra Maré, tudo pelo movimento dos moradores. Lá temos o Ceasm, tem vestibular e outros projetos. Então, apesar de ser tudo humilde, tem diferenças grandes também (Entrevista nº 7).

Percebo ainda que a população, pensando as comunidades com as quais trabalhamos, mesmo a gente já estando no século XXI, não tem a percepção dos seus direitos. Eles ficam muito atrelados aos projetos sociais. Ainda não se viram como sujeitos que podem mudar isso aí. Mas é claro que depende da organização deles! Na sua rua, na sua família, na sua comunidade, organizar para lutar pelos direitos. Eu acho que a política pública é um direito do cidadão, mas a população ainda não tem conscientização de que tem poder em suas mãos, que pode reverter isso tudo. Eu comparo essa área com o complexo da Maré. A Maré evoluiu, cresceu muito, porque as pessoas se organizaram para isso. Mas aqui há uma grande acomodação. Lá as pessoas se organizaram através dos movimentos populares. Eu mesma participei, mas também tive um pai e uma mãe que faziam isso. Então eu acompanhei meu pai e as outras pessoas nesse movimento. Mas aqui não. Não tem uma noção do todo. Não vejo as lideranças na Associação de Moradores (Ams) pensando no coletivo, é cada um pensando só em arranjar coisas para sua comunidade. Na Maré não, houve uma concepção de coletividade (Entrevistada nº 1).

Os depoimentos anteriormente sinalizados, apresentam a precariedade de bens materiais e limite ao acesso aos serviços públicos como condição, de modo geral, presentes na favela. No entanto, ao tomarem sua própria experiência de morador, como suporte, para entender a realidade do trabalho, formulam suas críticas a partir de um conjunto de práticas e representações.

Deste modo, identificam que acomodação e/ ou conformismo frente às situações vivenciadas pelos moradores da área onde trabalham, se de algum modo inibe o reconhecimento destes como sujeitos de direito; também reforça a sua própria responsabilidade pelas condições da vida.

Percebe-se ainda, uma perspectiva moral reforçando o campo dialético das contradições inerentes a vida social. Assim, emerge um olhar pautado em possíveis julgamentos frente aqueles que são “iguais” pela condição de moradia, mas se diferenciam pelas experiências concretas de vida.

Daí que percepções presentes no discurso de outros segmentos sociais, que identificam a favela (e por tal, os favelados) com o “lugar” da acomodação, se apresenta também na concepção dos próprios moradores que tem sua identidade também construída a partir da inserção de trabalho.

Com base, em experiência de trabalho anterior, a observação de uma profissional que reside em local exterior à favela, também compara o território onde atua com outras áreas da favela.

As comunidades daqui são iguais a todas as outras, mas na Maré, em Nova Holanda a gente ainda vê alguma coisa acontecer, há maior intervenção pública. Mas tem área de lazer, as casas são uns cubículos, não tem quintal, então as crianças só têm a rua para brincar, mas na rua tem tiroteio (Entrevista nº 4).

Desta forma, a observação reforça a distribuição diferenciada da ação pública entre as favelas, o que confirma o debate realizado no segundo capítulo deste estudo.

Outro aspecto que emergiu dos depoimentos dos profissionais, refere-se à diferenciação na organização comunitária, através da representação das Associações de Moradores. Entre os não residentes em favelas, não ocorreu nenhuma avaliação sobre a participação das Associações da área, mas para os moradores, novamente, a comparação com o local de residência foi utilizado como parâmetro de análise. No entanto, cabe destacar, que se observou avaliações diferenciadas e contraditórias, entre aqueles que residiam numa mesma área geográfica.

Eu comparo muito Manguinhos com Maré. Se a Maré evoluiu, cresceu, isso se deve aos movimentos populares, as pessoas se organizaram para isso. Mas aqui no território há muita acomodação, não vejo as lideranças das Associações tentando um trabalho conjunto, é cada um tentando arrumar coisa pra sua comunidade exclusivamente, não tem uma visão de conjunto (Entrevista nº 1).

Aqui, tirando o Jacarezinho, as comunidades são pequenas, diferentes da Maré, que são muitas associações grandes. Aqui é pequeno, então os representantes trabalham para o todo. Lá não, cada um trabalha só com a sua associação. Aqui as AMs são mais unidas (Entrevista nº 7).

Eu percebo aqui há muita fragilidade política das AMs, não existe uma unidade entre as lideranças locais, os fóruns são muito tímidos. Aqui verificamos a necessidade de muita mudança, portanto é necessário radicalizar algumas coisas, entre elas os interesses pessoais. Muitos líderes visam quase exclusivamente seus interesses pessoais. Isso dificulta o processo democrático, o crescimento da área. Aqui é um lugar que não tem muito a oferecer, é um lugar, ou melhor, tem regiões aqui dentro que foram esquecidas pelas autoridades. O que temos de presença pública aqui é muito pouco frente o número de moradores, e principalmente os jovens, é um lugar em que a juventude fica sem perspectiva, não conseguem nem perceber a própria criatividade (Entrevista nº 3).

O que se ressalta nos depoimentos é a percepção da mudança no perfil daqueles que ocupam as direções das AMs. Isto nos remete a uma história anterior marcada, por lutas e resistência, pois a presença de entidades representativas dos moradores tem uma longa história no território.

O Jacarezinho, como já foi sinalizado, tem em sua história a forte presença do segmento operário que, de alguma forma, influenciou a vida política local.

Já a subárea de Manguinhos teve, inicialmente, uma ocupação desordenada, a partir da implantação do Instituto Soroterápico Federal (atualmente Fundação Oswaldo Cruz)⁶¹, que absorveu muitos trabalhadores. Estes, procurando evitar grandes deslocamentos e despesas com transporte, foram gradativamente construindo suas casas no espaço entorno ao Instituto. Posteriormente, no período

⁶¹ “Diagnóstico Rápido Participativo nas Comunidades de Manguinhos”. Fundação Centro de Defesa dos Direitos Bento Rubião. Rio de Janeiro, 2000.

das remoções dos anos 50 e 60, construíram-se várias favelas do território do CRAS.⁶²

Isto provocou que os moradores se envolvessem em diversas lutas visando a urbanização, instalação de equipamentos públicos etc.

Assim, essa trajetória possibilitou que em diferentes momentos históricos, as organizações representativas dos moradores tenham intermediado junto a diferentes agências do poder público, reivindicações locais.

No entanto, se hoje a leitura sobre as organizações comunitárias através das Associações de Moradores apresenta críticas quanto à modalidade de intervenção, isto não é exclusivo das favelas do território.

Além disto, outras organizações emergiram nos espaços de favelas, principalmente ONGs, que em sua maioria desenvolveram atividades, preferencialmente com financiamento público.

No entanto, nas avaliações presentes nos depoimentos, ainda mantém-se a valorização da AM enquanto um espaço legítimo de representação popular.

5.3

A Política de Assistência Social na visão dos Profissionais

Conforme apresentado no terceiro capítulo, na atualidade a Política de Assistência encontra-se normatizada pela PNAS e pelo SUAS, o que vai provocar que a SMAS tenha um novo reordenamento institucional. Portanto, os atores profissionais envolvidos na implementação desta política, também absorveram no seu cotidiano de trabalho, os rebatimentos desta nova lógica institucional-legal.

Em geral, os depoimentos exprimem o limite das ações assistenciais públicas em responder, de forma satisfatória, à necessidade de proteção social apresentadas pela população, principalmente no atendimento aos segmentos mais vulneráveis dos moradores.

Na visão dos trabalhadores, os programas e projetos implementados pela Secretaria nem sempre conseguem atingir os segmentos mais vulneráveis da

⁶² CHP2, Vila Turismo e Parque João Goulart.

favela. Para eles, isso ocorre principalmente pelas exigências dos próprios programas (e de gestão municipal), conforme pode ser constatado no depoimento abaixo.

Às vezes a própria secretaria não está preparada pra enfrentar esta realidade. Por exemplo, quando diz que você tem que atender as famílias, exigindo delas todos os documentos para incluir as crianças no PETI. Eu sei que todo cidadão deve possuir seus documentos, isso é um direito. Mas essa pessoa não chegou aqui sem documento do nada, ela tem uma história. Então eu vou excluir? Não vou colaborar com o acesso ao programa? Entende que a inclusão possibilita o trabalho visando colaborar com a pessoa, mas se não deixo nem entrar? (Entrevista nº 4).

Às vezes fico pensando que o pessoal que precisa mesmo, não vem nem aqui. Fica lá no mundinho deles, na penúria mesmo. Porque se a gente anda aí pra dentro, vê que tem muita gente sem nada (Entrevista nº 8).

Outros depoimentos creditam o limite a inserção dos mais pobres nos programas sociais à grandiosidade da miséria local, e a seletividade dos programas, sem fazer qualquer articulação com o desenho dos programas, sobretudo, no que tange a sua abrangência.

Percebo que uns 50% que necessitam ser incluídos nos programas sociais, ainda não conseguimos inserir, embora já tenhamos avançado. Mas acho que ainda é muito pouco, pois a questão da miséria é muito grande (Entrevista nº 1).

Acho que a política de assistência exclui as pessoas honestas, que não mentem. Na verdade uma série de exigências que têm nos projetos leva à exclusão, por exemplo: uma mãe que trabalha de carteira assinada e ganha só um salário mínimo, vem para colocar a criança no PETI e não consegue porque ela tem essa “maravilhosa renda”. Ela podia ter mentido, mas foi honesta, por isso é excluída! Então é perversa essa lógica, pois o filho da primeira acabou prejudicado, não participa das atividades interessantes do PETI e ainda fica sozinho em casa quando volta da escola. Isso é justo? Acho que não. Entendo que o projeto devia ser para todos (Entrevista nº 7).

O paradigma da universalização do direito à proteção social fundado na cidadania que formata o SUAS supera, em sua concepção, as perspectivas tutelares e subalternizantes, que fundamentaram, historicamente, o campo da assistência no país.⁶³

No entanto, sob a égide e centralidade dos postulados e procedimentos gerenciais emanados da esfera federal, muitas vezes, na prática, não evidencia-se a abertura necessárias para inclusão das famílias, a partir de situações particulares decorrentes do lugar que ocupam na estratificação social.

Desta forma, as situações apresentadas pelos membros da equipe entrevistados, explicitam limites concretos para a garantia da inclusão cidadã. Neste sentido, faz-se necessário que os procedimentos avaliativos da implantação do SUAS, possibilitem engendrar mecanismo que permitam a superação das questões inibidoras do acesso.

Ainda no tocante a avaliação da implementação da política, o conjunto de profissionais (moradores ou não de favela) apresentou o entendimento de que junto às favelas, o setor público que efetivamente desenvolve alguma ação é a SMAS.

Ressaltam que esta evidência indica a dificuldade da gestão municipal construir mecanismos que possibilitem a articulação das políticas setoriais, visando um atendimento global ao morador. Além disto, a ação profissional atrelada às demais políticas, muitas vezes encontra-se vinculada a uma percepção desqualificadora dos modos de vida dos pobres, conforme assinalado nos depoimentos a seguir:

A escola não tem ampliado a concepção de inclusão. Ela deveria ser mais interessante, cativar seus alunos. Embora eu compreenda a carga de trabalho de um professor, que muitas vezes atua com uma infra- estrutura extremamente precária, não dá pra aceitar o olhar discriminador que tem em relação às crianças e suas famílias. Penso que eles vivem em outro mundo, ou com os olhos verdadeiros, pois não enxergam a realidade (Entrevista nº 4).

⁶³ Assim, embora entendendo-se que “Seguridade Social e, particularmente, a AS como direito universal não muda o padrão de acumulação capitalista, mas (...) é condição básica para a ruptura com a lógica da focalização e para que assim esta área possa alcançar um estatuto definitivo de política pública, com capacidade protetiva e emancipatória para as massas empobrecidas” (Paiva, 2006, p.18)

Acho que a maior reivindicação da população daqui é ter trabalho e uma escola de qualidade que respeite a realidade deles. De repente, pelo olhar discriminador que a escola tem, eles introjetam que são “burros”, incapazes de aprender. Infelizmente, muitos professores são infelizes em suas falas, colocando: “esse menino não aprende nada, não vai dar em nada”. Então eles acabam acreditando nisso interiorizando isso. Tudo isso se complexifica, porque o menino olha para o lado e vê um pai alcoólatra, ou um pai que cheira. Então pra ele só resta o caminho de reproduzir essa história (Entrevista nº 2).

O problema dessas comunidades é a falta de área de lazer e nenhuma oportunidade cultural. Acho que os governantes pensam que quem mora aqui tem condições de ir a qualquer lugar. Eles às vezes não tem dinheiro nem para a passagem quando precisam vir aqui resolver alguma coisa. Já vi muita mãe com filho no colo andar desde a Dois de Maio, e olha que é chão, tudo porque não tinha nem o da passagem. Então, como é que a garotada vai fazer? A área cultural aqui é mesmo zero (Entrevista nº 9).

A educação, a cultura e o lazer, foram mencionados como os aspectos mais deficitários no território, isto perpassou a maioria das entrevistas. A seguir destacamos as principais avaliações dos profissionais acerca destes aspectos, bem como suas possíveis conseqüências:

1. A perspectiva não inclusiva da educação, pois assume posturas estigmatizantes e discriminatória frente à população atendida, a partir de um olhar etnocêntrico dos seus agentes. O que leva a escola a ser reprodutora da inferioridade do pobre;

2. A incapacidade de a escola lidar com temas importantes para a população alvo, tais como drogadição, prostituição, violência;

3. A total ausência de projetos vinculados à cultura;

4. A incapacidade da prefeitura em buscar/construir estratégias para a instalação de áreas de lazer. Tal postura desqualifica a vida no território e aprisiona principalmente os segmentos etários infanto-juvenil e da velhice ao confinamento ao espaço da casa.

Em síntese, as colocações acima nos permitem concluir que os dois segmentos de trabalhadores apresentam semelhanças em suas críticas às políticas

sociais em vigor, sobretudo com relação a adequação à realidade local, ainda que se pese a diversidade de argumentos apresentados.

Diante do exposto, torna-se importante sinalizar que hoje se evidencia o debate que envolve diversas áreas do conhecimento, principalmente no interior do Serviço Social, acerca da assistencialização da proteção social no país.

Além disto, este debate articula-se à reflexão sobre a precarização de setores públicos, tradicionalmente implementadores de proteção social, tais como a saúde e educação.

Reforça-se, ainda, que a implantação da Seguridade Social a partir da Constituição de 1988, encontra sérios desafios para a sua efetividade. É pertinente citar neste contexto, um debate presente no interior do Serviço Social, concernente à experiência da Política de Assistência no Rio de Janeiro⁶⁴, onde se observa a ênfase na política de assistência em detrimento às demais políticas que compõem o tripé da Seguridade Social.

5.4

Violência: O Olhar dos profissionais

A análise dos depoimentos dos profissionais permitiu observar que a violência perpassa todas ações implementadas pelo CRAS. Entre os moradores de favela, destacaram-se avaliações que indicam diferenciações entre os distintos grupos de narcotraficantes, no que tange ao tempo (antes x agora) aos comandos (facção Y x facção X) e a ocupação de territórios.

Na época que eu morei na Rocinha, o tráfico não era tão grande como é atualmente, era aquela coisa mais reservada, quando eles tinham que fazer as coisas, faziam, mas eles respeitava os moradores, era também mais escondido (Entrevista nº 6).

Aqui eles são muito violentos, mas só com quem se mete lá no meio deles. Já passei dos 50 anos e nunca tive qualquer problema, mas nunca me enturmei. Mas lá onde

⁶⁴ Ver, Rodrigues (2007).

eu moro, (...) que não é aqui no CRAS, (...) não tem muita violência não, lá é área de polícia, lá mora muito policial (Entrevista nº 9).

Onde eu moro (...) é a divisa entre facção X e facção Y. A minha esquerda é o Y e a direita o X. Mas depois dos meus 25 anos é que veio a violência deles. Antes eles tinham o ponto de venda de drogas, mas não incomodavam os moradores. Mas a ambição é tão grande que querem a favela toda, aí vem à guerra (Entrevista nº 7).

Em relação ao tráfico, ficou explicitado o seu poder no gerenciamento da vida nas favelas, bem como a imposição de suas regras de forma arbitrária, sem, contudo, permitir a identificação da racionalidade que fundamenta suas ações; além de propiciar o medo.

Esta falta de parâmetros constitui mais um elemento que dificulta, segundo eles, o ordenamento da vida cotidiana dos moradores do território, bem como a sua própria.

Todos sabem que precisam obedecer, mas muitas vezes não temos certeza de qual é o comportamento exigido. Isto paralisa a gente. Tem aquilo que todo mundo sabe, tipo se é uma facção X, não usa roupa vermelha. Mas isso é muito pouco. Tem regras que não são percebidas claramente. Isso dá muito medo (Entrevista nº 8).

Para você chegar numa comunidade que não é a sua para trabalhar é muito difícil. Muitas vezes se corre riscos por não conhecer os códigos locais. Nós passamos um sufoco quando chegamos nesse território para trabalhar, quando ainda era o CEMASI. Queríamos retirar os cavalos que ficavam pastando naquela área que hoje tem a creche. A gente não sabia que eles usavam os cavalos pra esconder o tóxico na boca do cavalo. Aí um dia encontramos um recado: Pessoal abusado, alguém vai aparecer na vala! Só depois é que descobrimos o motivo. Este é um episódio, mas têm muitos outros (Entrevista nº 1).

Desta forma, as imposições emanadas do tráfico regulam a vida na favela, indicando condutas a serem seguidas, tanto pelos usuários quanto pelos trabalhadores da política de assistência social. Ao mesmo tempo, a ausência de regras claras provoca insegurança e propicia que o medo seja também um aspecto preponderante na dinâmica de trabalho. Neste quadro de “sociabilidade violenta”,

conforme sugerido por Machado da Silva (2007), torna-se impossível prever rotinas.

Na prática, o tráfico é uma presença na vida de todos que ali convivem; seu poder interfere na esfera privada e na coletividade. Em outras palavras, podemos dizer que o tráfico detém o poder sobre a vida neste espaço.

Além disto, o poder do tráfico interfere de forma clara na intervenção social na área, pois regula os procedimentos da equipe, cerceando assim a autonomia profissional.

Dentre as limitações acarretadas pelo poder do tráfico, foram evidenciadas:

- limite de circulação ampla no território;
- definição de dias e horários para realizar visitas domiciliares;
- suspensão de atividades em decorrência de tiroteios, inclusive com fechamento do CRAS;
- exigência de vigilância para expor idéias em reuniões com os moradores e “cuidado” com os termos utilizados em relatórios, entre outros.

As limitações acima referidas, decorrem da leitura de todos os profissionais, tendo em vista o reconhecimento da dinâmica interna da região de trabalho.

De alguma forma, vinculam-se as fronteiras simbólicas, que estão igualmente presentes entre os usuários. Esta força simbólica, também foi referendada no depoimento a seguir:

Não há isso que dizem que tem “toque de recolher”, como uma ordem direta. Mas, todos sabem que quando morre um dos figurões, todo o comércio fecha, até mesmo aqui da pista. Mas não foi ninguém a sua porta falar (Entrevista nº 9).

Em relação às crianças e adolescentes (e suas famílias) inseridas no PETI, emergem avaliações de que a violência maior encontra-se na inserção deles no trabalho.

A criança trabalhando é uma violência. Mas as mães acham uma gracinha ver filho fazendo malabares no sinal, não entende que é trabalho, mas precisa do dinheiro que ela traz para casa. É uma contradição. É difícil enfrentar isso. Tem a exigência da “barriga”, da fome, contrapondo-se ao direito de ser criança! (Entrevista nº 4).

Outras avaliações identificam que a violência decorre da desorganização familiar, que facilita a entrada de crianças/ adolescentes no universo do tráfico.

Percebo que todas as famílias vivem essa mesma condição de pobreza, mas algumas conseguem caminhar, enfrentar suas dificuldades. Mas aquelas que não têm uma estrutura, vivendo várias situações de desarmonia, acabam envolvendo-se com as questões do tráfico, seja como usuário ou com um envolvimento mais direto (Entrevista nº 5).

Isso nos remete a questão das políticas públicas, que tem classicamente a família como intervenção junto aos pobres, como uma possibilidade disciplinadora e/ou socializadora para o convívio social.

Neste sentido, o SUAS traz como princípio norteador a matricialidade familiar, o que pode reafirmar a visão disciplinadora. No entanto, coloca-se como exigência a compreensão das famílias inseridas nas condições concretas e objetivas de suas trajetórias.

Em relação a ação do aparato legal repressivo no território, o conjunto dos profissionais (residentes e não residentes) é unânime em afirmar que seus agentes são atores que contribuem de maneira significativa para a expansão da violência na área.

Para eles, o Estado é incapaz de trazer segurança ao local. Esta percepção é agravada pela identificação da possibilidade concreta ou latente de corrupção policial.

Eu entendo que os maiores bandidos estão é na polícia. Eles não respeitam ninguém, para eles ser morador de favela significa ser bandido. Isto é muito ruim, pois anula auto-estima dos usuários (Entrevista nº 1).

Tenho muito mais medo da polícia. Ela não impõe respeito, ela atemoriza a todos e traz muita insegurança para nosso trabalho (Entrevista nº 5)

A polícia aqui é muito violenta, é o Caveirão que vem, quando entra já vai atirando. Lá na Maré não. Mesmo quando o Caveirão aparece, não chega atirando não (Entrevista nº 7)

Quando tem tiroteio pode saber que a polícia está na área, até porque aqui não há divisão de comandos, (...)! Não tem guerra de facção. Então a polícia é muito violenta. E o Caveirão é um terror (Entrevista nº 9).

Estes dados evidenciam uma forte crítica à polícia e, a inadequação dos seus instrumentos de coerção, sobretudo, a utilização do Caveirão, condenado por todos.

Desta forma, a insegurança que emana do aparato institucional repressivo, desqualifica a ação do Estado e, permite que esta visão seja ampliada para outros setores e instituições estatais.

Além disto, possibilita que o medo se coloque como um determinador de condutas. Medo que é construído socialmente promove submissão, e como em Arendt (1994), medo resulta efetivamente em obediência.

Assim, o medo enraíza-se “nos domínios mais recônditos da consciência e do imaginário coletivo (...), traduz o modo como lidamos, na contemporaneidade, como nossas angústias e incertezas, mas também com nossas crenças nas leis, na ordem e na democracia (Adorno, 2006).

5.5

A religiosidade e os “assistentes”

As entrevistas realizadas com os profissionais possibilitaram identificar, entre os trabalhadores que residem em favelas, os seguintes vínculos religiosos: 03 adeptos da AD Renovada, 01 Batista, 02 Católicos e um sem vínculo religioso definido, mas que se declara mais próximo da Igreja Católica.

E os 02 profissionais não residentes em área favelada, definem-se como cristão e espiritualista. Esta diversidade confirma o pluralismo religioso presente na sociedade brasileira e, particularmente na carioca.

Um aspecto evidenciado nos depoimentos refere-se às motivações que levaram muitos a uma recente adesão religiosa. Evidenciou-se, que é a partir de situações de sofrimento e/ou fragilidade, pessoal ou familiar, que os indivíduos buscam na fé conforto e respostas às suas demandas.

Apesar disto, os vínculos religiosos não anulam o posicionamento crítico frente a determinadas orientações das igrejas e a posturas excessivamente dogmáticas que emergem na prática religiosa de alguns.

Minha conversão é recente, tem uns 2 anos e tenho um choque ainda. As pessoas falam que eu sou rebelde, mas tem coisas que eu não acho certo. Me sinto bem na igreja, participo da escola dominical, quero aprender. Mas não aceito que a igreja diga que tudo é pecado, que condene aqueles que tem opções de vida diferente, como por exemplo o homossexualismo. Acho que as pessoas têm o livre arbítrio de escolher o que querem ser. Vai importar é o meu comportamento de cristã. Eu não aceito me afastar de todos só porque minha vida agora tem outro sentido (Entrevista nº 1)

A pluralidade do campo religioso também permite perceber o conflito presente entre as distintas religiões. Por outro lado, ressalta-se uma tensão no interior de cada forma de expressão religiosa.

Os evangélicos não vivem direito, só querem ler a bíblia e ficar pregando. Acho que alguns ficam doentes, estressados. O medo do inferno acaba mexendo com eles, ficam alienados da realidade, é só pregação (Entrevista nº 8)

Eu sempre fui freqüentador da igreja católica, quando era solteira participava do grupo jovem, mas hoje está muito mudado, é tudo muito individual, a igreja não pensa mais no conjunto dos moradores, dos fiéis (Entrevista nº7)

Nesse processo de diferenciação entre as distintas religiões, foi observado análises diversificadas frente a perspectiva da “teologia da prosperidade” presente na IURD. Assim, apareceram nas falas avaliações críticas sobre o caráter empresarial que é identificado na IURD, bem como dos aspectos da exigência de doações e a ostentação financeira que recobre esta perspectiva.

Por outro lado, outra interpretação defende o argumento de que os participantes das igrejas devem se sentir em comunhão com Deus e, se há em algumas denominações características de cunho econômico, com “experiência de correntes”, isso não deve anular o valor que tem a religião para os indivíduos que dela participam.

Embora perceba que muitas igrejas têm uma linha de prosperidade, de corrente: saúde, emprego, opressão espiritual. Na minha experiência religiosa não defendo esse fracionamento, mas aceito para aqueles que têm essa percepção. A vinculação e adesão religiosa é individual. Então, se a pessoa se sente bem, é importante pra ela, é válido. Além disso, essas religiões trazem para o pobre a possibilidade de entender que tem direito aos bens materiais. Isso eu não discordo (Entrevista nº 2).

Acho que fazem uma “barganha” com Deus. É quase que um comércio. Eu venho aqui, participo, colaboro e Deus vai me retribuir. Acho complicado. Acho que também faz as pessoas se alienarem na realidade (Entrevista nº 4).

Apesar da diferenciação na avaliação que os profissionais fazem acerca da religiosidade dos usuários, merece destaque às avaliações dos que não residem em favela, que identificam a inserção do morador a uma determinada religião, principalmente a evangélica, como a busca de um “porto seguro” para as suas fragilidades econômicas e sociais, além da busca de paz para enfrentar a violência e, a possibilidade de construir uma identidade positiva que permita diferenciá-los daqueles segmentos que vivem sob a lógica da violência.

Percebo que a população que atendemos, que sofre tantas privações, tem se voltado para a vida religiosa em busca de paz, de proteção espiritual. Viver no ambiente em que vivem é muito difícil. A violência do dia a dia provoca desânimo e desalento. Então a religião cumpre um papel importante na vida deles (Entrevista nº 5).

Acredito que a organização da igreja é um motivador para a participação. Eles vivem em condições precárias, e ao entrar na igreja, ser bem recebido, ter uma toalha na mesa, dá a sensação de estar sendo respeitado, valorizado, que não é discriminado. Isso na minha avaliação é saldo positivo para a vida deles (Entrevista nº 4).

Outro aspecto que merece destaque é o da discussão da própria experiência de ser religioso. Um dos depoimentos ressalta que a sua religiosidade não deve ser mediada pelo pastor, seu relacionamento deve ser direto com Deus.

Eu já participei da Escola Dominical, mas no momento sigo direto a Palavra, os ensinamentos da Bíblia. Porque o pastor também é Homem, também tem defeitos humanos, então falo direto com Deus (Entrevista nº 2).

Esta postura religiosa que nega a mediação do pastor, lhe respalda a missão evangelizadora que assume para sua vida: “devo levar a palavra a todos, sem escolher lugar, sem escolher a hora”.

Neste sentido, assume a prática do proselitismo em qualquer lugar da favela, ao desenvolver suas funções, inclusive nos locais de vendas de drogas. Esta posição é temida pelos demais profissionais, o que não consideram esta prática como inerente ao trabalho.

Os profissionais, quando questionados sobre a possibilidade de usuários com experiência religiosa serem priorizados para o atendimento social no CRAS, sobretudo os evangélicos, negaram de forma contundente, inclusive com críticas severas a projetos que priorizam esta clientela, trazendo como exemplo o “cheque cidadão” que foi implementado pelo governo do Estado, em gestão anterior à atual.

A gente consegue diferenciar, religião é uma coisa, política pública é outra, você tem que trabalhar com todos. Aqui na prefeitura não acontece isso. Mas tem outros lugares que não sei como é. Tem o “cheque cidadão”, que priorize os membros da igreja, não acho que isso é papel da esfera pública (Entrevista nº 1).

A população de qualquer credo tem acesso às políticas públicas. Talvez o que aconteça é que quando a pessoa tem uma experiência religiosa, o seu comportamento é marcado por isso. Então, no processo de trabalho isso, talvez, possa ter algum rebatimento, mas jamais como possibilidade de definir a inclusão (Entrevista nº 3).

A percepção que os profissionais, moradores de favela, têm em relação à importância da religiosidade frente à dinâmica de violência presente nas favelas, é

a de respeito que os traficantes têm, principalmente, com os evangélicos e, uma certa identificação com este segmento religioso.

Os meninos respeitam mais quem é da igreja, muitas vezes até solicitam uma prece quando algum evangélico passa (Entrevista nº 6).

Eles gostam de ouvir os louvores, às vezes quando ando na favela, percebo que eles estão ouvindo os CDs de louvores (Entrevista nº 3).

Nos depoimentos dos trabalhadores pode-se reconhecer a forte incidência dos aspectos relacionados à violência e à religiosidade presentes na favela e ainda, a articulação entre elas.

Sobretudo, há claras evidências do impacto destes elementos na implementação da Política de Assistência Social no território, no que se refere às limitações de desenvolvimento das ações programáticas.

No entanto, não há evidências de impacto na formulação e redirecionamento dos programas sociais em razão da malha complexa de relações sociais formada por estes condicionantes.